



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC – CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 924/2021
PROCESSO SES 16326/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **LOTE (REGIÃO)**.

OBJETO: COMPRA EMERGENCIAL DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS PARA GERSAS, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 17h00min. do dia 22/04/2021.

1 – PROPOSTA

- A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para **compradireta@saude.sc.gov.br** ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 – Centro – Florianópolis – SC.
- A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;
- A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;
- A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:
 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:
 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;
 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;
 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;
 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;
 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;
 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;
- Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;
- A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
- O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;
- A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;
- Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;
- A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);
- A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;
- As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:
 - I - advertência; II - multa;
 - III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;
- A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
 - I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
 - II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.
- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.
- Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.
- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.
- A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.
- A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;
- A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:
 - I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;
 - IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;
 - V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

- VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;
- VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.
- Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;
 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.
 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.
 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>
 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO-

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados; III - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 15 de Abril de 2021.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS – ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 1060/2021 (TOTAL)

REGIÃO	ITEM	Código	Descrição do Material	UN	Total
REGIÃO SUL	1	103012003	Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAÇÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA	Peça	129
REGIÃO VALE DO ITAJAÍ	2	103012003	Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAÇÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA MACRORREGIONAL DE SAUDE - ITAJAI RUA: LAURO MULLER, 374 CENTRO - ITAJAI CEP: 88.301-400	Peça	150

REGIÃO OESTE	3	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	125
REGIÃO NORTE	4	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	25
REGIÃO SERRA	5	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo</p>	Peça	15

			Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA		
--	--	--	--	--	--

OBSERVAÇÕES

Aquisição por compra direta de água mineral em bombona de 20 litros, devido ao atraso no processo PSEA 9413/2020 e não sucesso no PSES 153062/2020.

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);
- O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;
- A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

Estabelecimento	Endereço
Criciúma	Rua Humberto de Campos, 56 Bairro Pio Correia, Criciúma
Criciúma	Rua Júlio Gaidzinski, s/nº Bairro Centro, Criciúma
Itajaí	Rua Jorge Mattos, 21 Bairro Centro, Itajaí
Itajaí	Rua Lauro Muller, 374 Bairro Centro, Itajaí
Chapecó	Avenida Nereu Ramos, 31 3º andar, Bairro Centro, Chapecó
Chapecó	Travessa Ilma Rosa de Nês, 91 Bairro Centro, Chapecó
Chapecó	Rua Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1000 Bairro Líder, Chapecó
Blumenau	Rua Braz Wanka, 238 Bairro Vila Nova, Blumenau
Rio do Sul	Rua XV de Novembro, 303, sala 03 dentro do prédio centro comercial Dellan Bairro Centro, Rio do Sul
São Miguel do Oeste	Rua Waldemar Rangrab, 1851 Bairro São Jorge, São Miguel do Oeste
Tubarão	Rua Santos Dumont, 339 Bairro Centro, Tubarão
Lages	Rua Honorato Ramos, 65 Bairro Centro, Lages
Lages	Correia Pinto, 136 Bairro Centro, Lages
Mafra	Rua Tenente Ary Rauen, 541 Bairro Alto de Mafra, Mafra

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

- Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.
- Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

ANEXO II
DISTRIBUIÇÃO

REGIÃO SUL: TUBARÃO

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	54

LOCAL DE ENTREGA: Rua Santos Dumont, 339 Bairro Centro, Tubarão (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO SUL: CRICIÚMA

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da</p>	Peça	75

		<p>água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>		
--	--	---	--	--

LOCAL DE ENTREGA: Rua Humberto de Campos, 56 Bairro Pio Correia, Criciúma e Rua Júlio Gaidzinski, s/nº Bairro Centro, Criciúma (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO VALE DO ITAJAÍ: RIO DO SUL

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
2	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFAO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	30

LOCAL DE ENTREGA: Rua XV de Novembro, 303, sala 03 dentro do prédio centro comercial Dellan Bairro Centro, Rio do Sul (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO VALE DO ITAJAÍ : BLUMENAU

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
2	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFAO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima</p>	Peça	60

		<p>de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>		
--	--	--	--	--

LOCAL DE ENTREGA: Rua Braz Wanka, 238 Bairro Vila Nova, Blumenau (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO VALE DO ITAJAÍ : ITAJAÍ

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
2	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA, MACRORREGIONAL DE SAUDE - ITAJAI RUA: LAURO MULLER, 374 CENTRO - ITAJAI</p>	Peça	60

		CEP: 88.301-400		
--	--	-----------------	--	--

LOCAL DE ENTREGA: Rua Jorge Mattos, 21 Bairro Centro, Itajaí e Rua Lauro Muller, 374 Bairro Centro, Itajaí (Conforme termo de Referência).

REGIÃO OESTE: CHAPECÓ

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
3	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	75

LOCAL DE ENTREGA : Avenida Nereu Ramos, 31 3º andar, Bairro Centro, Chapecó, Travessa Ilma Rosa de Nês, 91 Bairro Centro, Chapecó e Rua Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1000 Bairro Líder, Chapecó (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO OESTE: SÃO MIGUEL DO OESTE

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
3	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e</p>	Peça	50

		<p>RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>		
--	--	---	--	--

LOCAL DE ENTREGA: Rua Waldemar Rangrab, 1851 Bairro São Jorge, São Miguel do Oeste (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO NORTE: MAFRA

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
4	103012003	<p>Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFAO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013.</p> <p>Lista Básica de Materiais/SEA</p>	Peça	25

LOCAL DE ENTREGA: Rua Tenente Ary Rauen, 541 Bairro Alto de Mafra, Mafra (Conforme Termo de Referência).

REGIÃO SERRA: LAGES

LOTE	Código	Descrição do Material	UN	Total
5	103012003	Água mineral natural, potável, sem gás; envasada em GARRAFÃO de 20 litros PET (politereftalato de etileno), com cessão gratuita (comodato) de garrações em quantidade suficiente para abastecimento e reposição, validade mínima do conteúdo de 3 (três) meses a cada fornecimento e vasilhame lacrados com vida útil máxima de 3 anos. Apresentação: A água deverá apresentar-se límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos e com validade mínima de 6 (seis) meses a cada fornecimento, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e de acordo com a Portaria nº 470/1999, RDCs nºs 274 e 275 de 2005, RDC 23/2000 e RDC 27/2010, da ANVISA-MS. Rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do DNPM, contendo, no mínimo, nome da fonte e da empresa envasadora, seu CNPJ, Município, Estado, número do lote, composição química, características físicoquímicas, nome do laboratório, número e data da análise da água, volume, data de envasamento, validade e a expressão "Não contém glúten" com impressão indelével, devendo obedecer a Portaria 387/2008 (DNPM), especificações da ANVISA (Resolução nº 105/99 e suas atualizações), e normas da ABNT NBR 14328:2011, 14638:2011 e 14222:2013. Lista Básica de Materiais/SEA	Peça	15

LOCAL DE ENTREGA: Rua Honorato Ramos, 65 Bairro Centro, Lages e Correia Pinto, 136 Bairro Centro, Lages (Conforme Termo de Referência).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS**

ANEXO III

TERMO REFERÊNCIA - Processo SES: 16326/2021

1. OBJETO:

– Solicitação de **COMPRA EMERGENCIAL** de água mineral de 20 litros para as Gerencias Regionais da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES/SC.

2. JUSTIFICATIVA:

– Tal solicitação se justifica devido ao término das Atas vigentes (2022/2019 e 2023/2019) no dia 05/12/20, além da não previsão de finalização do PSEA 9413/2020, para a aquisição por meio de processo licitatório, conforme ofício SEA 038/2020. Além disso, tivemos o PSES 153062/2020 e PSES 170815/2020, para aquisição por compra direta, frustrado.

Diante disso solicitamos novo processo com aquisição por lote, devido aos locais de entregam serem em municípios diferentes.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

– Conforme ANEXO I (Requisições conforme tabela abaixo)

Estabelecimento	Requisição
GEBLU - Blumenau	7062/2020
GECHA - Chapecó	7004/2020
GECRI - Criciúma	7104/2020
GEITA - Itajaí	7052/2020
GELAG - Lages	7024/2020
GEMAF - Mafra	7056/2020
GERSL - Rio do Sul	6984/2020
GESMO - São Miguel do Oeste	7055/2020
GETUB - Tubarão	7091/2020

4. ORÇAMENTO DETALHADO ESTIMADO:

– Conforme ANEXO II (Planilha de precificação + Informações complementares)

5. ESTIMATIVA DE VALOR:

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Classificação Orçamentária será informada pela GEPLAN e a fonte de recursos será definida pelo COFES.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA:

A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

Apresentar o descritivo completo do item cotado, constando:

Marca/fabricante;

Nome comercial;

Apresentação;

País de origem do produto.

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO (RECEBIMENTO DO OBJETO):

O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.

O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.

A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com a RDC nº 173 de 13 de setembro de 2016.

9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF);

A entrega será efetuada diretamente nas unidades conforme listagem de endereços abaixo, nas quantidades constantes na Ordem de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo III);

Estabelecimento	Endereço
Criciúma	Rua Humberto de Campos, 56 Bairro Pio Correia, Criciúma
Criciúma	Rua Júlio Gaidzinski, s/nº Bairro Centro, Criciúma
Itajaí	Rua Jorge Mattos, 21 Bairro Centro, Itajaí
Itajaí	Rua Lauro Muller, 374 Bairro Centro, Itajaí
Chapecó	Avenida Nereu Ramos, 31 3º andar, Bairro Centro, Chapecó
Chapecó	Travessa Ilma Rosa de Nês, 91 Bairro Centro, Chapecó
Chapecó	Rua Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1000 Bairro Líder, Chapecó
Blumenau	Rua Braz Wanka, 238 Bairro Vila Nova, Blumenau
Rio do Sul	Rua XV de Novembro, 303, sala 03 dentro do prédio centro comercial Dellan Bairro Centro, Rio do Sul
São Miguel do Oeste	Rua Waldemar Rangrab, 1851 Bairro São Jorge, São Miguel do Oeste
Tubarão	Rua Santos Dumont, 339 Bairro Centro, Tubarão
Lages	Rua Honorato Ramos, 65 Bairro Centro, Lages
Lages	Correia Pinto, 136 Bairro Centro, Lages
Mafra	Rua Tenente Ary Rauen, 541 Bairro Alto de Mafra, Mafra

O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Pregão, o número da nota fiscal e o número da Ordem de Fornecimento;

Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas);

A validade dos medicamentos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do seu prazo de validade;

Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.;

A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.9 O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

10.1. Conforme descrito no edital (DLIC)

11. GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Segue planilha no item 12.1 com dados dos gestores de contrato.

12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Segue planilha com dados dos fiscais e gestores de contrato.

Estabelecimento	Fiscal	Matrícula	Gestor	Matricula
GEFLO - Florianópolis	Jean Cesar Beltrame	666638-8-01	Jean Cesar Beltrame	666638-8-01
GEBLU - Blumenau	Marcos Dias	260305-5-04	Kalinca Schwarz	377429-5-0
GECHA - Chapecó	Aires Maria Peruzo	372432-8-01	Otilia Cristina Coelho Rodrigues	372415-8-01
GECRI - Criciúma	Alessandra Simoni Borgert	0396837-5-02	Izabel Scarabelot Medeiros	0373208-8-01
GEITA - Itajaí	Guedes Luiz André	244978-1-01	Marcello José Ramos	327945-6-02
GELAG - Lages	Carlos Alberto Bertaiolli	0397096-5-01.	Daniela Rosa de Oliveira	0365724-8-04
GEMAF - Mafra	Dayane Aparecida Domingues Fernandes	372708-4-02	Dayana Cristina Grein	962822-3-02
GERSL - Rio do Sul	Aparecida Honorata Cordeiro Militzer	0377279-9-01	Raquel Faller	0658693-7-01
GESMO - São Miguel	Eliana Dilly Andretta	377712-0-01	Andréia Lopes	372527-8-01
GETUB - Tubarão	Elisangela de Oliveira Julião Giassi	347933-1-2	Elisangela de Oliveira Julião Giassi	347933-1-2

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1.. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

14. SANÇÕES CONTRATUAIS

As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas no Edital e/ou na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009.

A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato ou cancelamento da ordem de fornecimento/autorização de fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento, ordem de fornecimento ou assinar o contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento, ordem de fornecimento ou do contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos do Edital;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

A sanção de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.

A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

A Empresa não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93;

As alterações societárias poderão ser autorizadas se mantidas todas as condições inicialmente pactuadas, inclusive no que tange aos requisitos de habilitação e qualificação

técnica, e desde que não traga prejuízo à execução do contrato ou aos princípios da administração pública. Caberá à Contratante avaliar as justificativas apresentadas, consignando-as no respectivo processo administrativo;

A presente aquisição destina-se ao atendimento de uma necessidade emergencial, portanto o prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido. Não deverão apresentar propostas as empresas sem condições de atender o prazo de entrega estabelecido neste edital, sob pena de aplicação das sanções previstas no Decreto Estadual nº 2.617 de 16 de Setembro de 2009.

15. CONDIÇÕES GERAIS:

15.1. Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação.

16. PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

16.1. Considerando as várias Informações da Controladoria-Geral do Estado (CGE) referentes à análise de Instrução processual, recomendando, nos termos da IN CONJUNTA CGE/SEA nº 01/2020, art. 1º e seus incisos, de 26/03/2020, cláusula anticorrupção nas Dispensas de Licitações; Considerando que nas minutas de contrato elaboradas pela SEA, consta cláusula referente as práticas fraudulentas e de corrupção (modelo pode ser verificado no SES 66443/2020: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO), as partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

I – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

II I – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.